

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.411 - SP (2019/0040497-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA REGIONAL DE HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL  
**ADVOGADO** : PEDRO PAULO BARBIERI BEDRAN DE CASTRO - SP200269  
**AGRAVADO** : CAL CONSTRUTORA ARACATUBALTD  
**ADVOGADOS** : CRISTÓVÃO COLOMBO DOS REIS MILLER - SP047368A  
CRISTIANO DORNELES MILLER - SP127794  
**AGRAVANTE** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADOS** : DANIEL MICHELAN MEDEIROS - SP172328  
KÁTIA APARECIDA MANGONE - SP241798  
RODRIGO DE RESENDE PATINI - SP327178  
**AGRAVADO** : COMPANHIA REGIONAL DE HABITACOES DE INTERESSE SOCIAL  
**ADVOGADO** : PEDRO PAULO BARBIERI BEDRAN DE CASTRO - SP200269  
**AGRAVADO** : CAL CONSTRUTORA ARACATUBALTD  
**ADVOGADO** : CRISTIANO DORNELES MILLER - SP127794

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. NECESSIDADE. QUESTÃO PACIFICADA PELA CORTE ESPECIAL DESTES STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra decisão da Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região que deixou de admitir o recurso especial aos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 3.152/3.157):

*"Inicialmente é incabível o recurso por eventual violação aos artigos 489, § 1º, inciso IV e 1.022, inciso II do Código de Processo Civil/2015 (artigo 535, inciso II do CPC/1973) porquanto o acórdão recorrido enfrentou o cerne da controvérsia submetida ao Judiciário, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.*

Nesse sentido, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmara jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida (STJ, EDcl no MS 21315/DF, Primeira Seção, DJe 15/6/2016). Ademais, os fundamentos e teses pertinentes para a decisão da questão jurídica foram analisados.

***Também não cabe o recurso com base no permissivo do artigo 105, III, "c", da CR/88, haja vista que é inadmissível o recurso especial que se fundamenta na existência de divergência jurisprudencial, mas se limita, para a demonstração da similitude fático-jurídica, à mera transcrição de ementas e de trechos de votos, assim como tampouco indica qual preceito legal fora interpretado de modo dissentâneo. Hipótese, por extensão, da Súmula 284/STF' (STJ, REsp 1373789 / PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/02/2014), ao que acrescenta-se que 'a simples transcrição de ementas de julgados, sem o devido cotejo analítico, aliada à ausência da cópia do inteiro teor dos acórdãos paradigmas ou indicação do repositório oficial pertinente, não atende os requisitos do artigo 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, bem como do artigo 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno desta Corte e obsta o conhecimento do especial, interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional' (STJ, AgR g no REsp 902994 / SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador Convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 14/09/2009).***

***Para a comprovação da alegada divergência, o Superior Tribunal de Justiça exige a sua demonstração, mediante a observância dos seguintes requisitos: "a) o acórdão paradigma deve ter enfrentado os mesmos dispositivos legais que o acórdão recorrido (...); b) o acórdão paradigma, de tribunal diverso (Súmulas 13, do STJ e 369, do STF), deve ter esgotado a instância ordinária (...); c) a divergência deve ser demonstrada de forma analítica, evidenciando a dissensão jurisprudencial sobre teses jurídicas decorrentes dos mesmos artigos de lei, sendo insuficiente a mera indicação de ementas (...); d) a discrepância deve ser comprovada por certidão, cópia autenticada ou citação de repositório de jurisprudência oficial ou credenciado; e) a divergência tem de ser atual, não***

*sendo cabível recurso quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida (Súmula 83, do STJ); 1) o acórdão paradigma deverá evidenciar identidade jurídica com a decisão recorrida, sendo impróprio invocar precedentes inespecíficos e carentes de similitude fática com o acórdão hostilizado" (REsp 644274, Relator Ministro Nilson Naves, DJ 28.03.2007).*

*Assim o seguinte julgado:*

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL FUNDAMENTADO NA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.**

*1. A admissibilidade do recurso especial fundado na divergência jurisprudencial requer o devido cotejo analítico, com exposição das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados; a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º do RISTJ 2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que a ausência de indicação dos dispositivos em torno dos quais teria havido interpretação divergente por outros tribunais não autoriza o conhecimento do recurso especial, quando interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional. Incidência da Súmula 284/STF. Precedente: REsp 1.346.588/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe 14.03.2014.*

*3. Ademais, o STJ também já firmou entendimento de que é incabível a análise do recurso em se tratando de danos morais com base na divergência pretoriana, pois, ainda que haja grande semelhança nas características externas e objetivas, no aspecto subjetivo, os acórdãos serão sempre distintos.*

*Agravo regimental improvido.*

**(AgRg no AREsp 509096/SP; Rel: 509096/SP; Rel: Ministro Humberto Martins; Segunda Turma; publicação: DJe 27/06/2014)**

***Quanto à inclusão da União no polo passivo da ação, verifica-se que o acórdão recorrido, ao afastar tal pretensão por entender que a recorrente é a responsável pela gestão do F.G.T.S, encontra-se em consonância com o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se ao caso óbice da S. 83/STJ.***

*Nesse sentido, confira-se:*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. PREPARO.**

**MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. RECOLHIMENTO DE CUSTAS EM RECURSOS DESTINADOS AO SUPERIOR**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXIGIBILIDADE. 27.03.2008. DESERÇÃO. AFASTAMENTO. UNIÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ DISSÍDIO.

(...)

**4. A União é parte ilegítima para figurar no pólo passivo de ação em que se discute a inadimplência no repasse de valores oriundos do FGTS. Precedentes da Terceira e Quarta Turmas desta Corte. (g. m.)**

**(EDc1 nos EDc1 nos EDc1 no AgRg no REsp 1112965/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/12/2010, DJe 15/12/2010)**

*No que se referem aos demais assuntos, cumpre-nos transcrever trecho do voto do Des. Federal Relator Cotrim Guimarães que, atento às peculiaridades dos autos, consignou o seguinte:*

(...)

**É de ser afastada a ilegitimidade passiva suscitada pela CEF, vez que é clara a existência de vínculo entre os contratos de empréstimo e de empreitada, vez que a liberação dos valores pela CEF, estava condicionada à comprovação da execução da obra. (g. m.)**

*De fato, o contrato de empreitada firmado entre a Companhia de Habitação Popular de Bauru - COHAB/BU e a Cal Construtora Araçatuba Ltda. atrela o pagamento das parcelas ao cronograma de desembolso dos recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS estabelecido no contrato de empréstimo firmado entre a CEF e a COHAB, conforme se observa da cláusula segunda que dispõe que: "O desembolso do empréstimo ora contratado será efetuado pela CEF segundo o cronograma de desembolso constante no Anexo 1 que, ora aprovado e rubricado, pelas partes integra este Instrumento para todos os fins de direito." (fls. 85). Ademais, nos parágrafos terceiro e quarto da mesma cláusula ficou estabelecido que: "A liberação de cada parcela constante do Cronograma de Desembolso (Anexo I) ficará condicionada à comprovação da execução dos serviços correspondentes" e que "A liberação da última parcela ficará sujeita à apresentação da Certidão do 'Habite-se', da emissão do Termo de Aceitação Provisória das Unidades, bem como do adimplemento das demais obrigações referentes ao Contrato de Empreitada" (fls. 86).*

**Desse modo, verifica-se que o alegado adimplemento insatisfatório da COHAB, em relação ao pagamento do preço da empreitada, revela o interesse jurídico da CEF, a quem é atribuída, por sua vez, a impontualidade do cronograma de desembolso dos repasses financeiros que davam suporte à**

**execução das obras.** (g. m.)

(...)

Assim, correta a fixação de correção monetária, porém, quanto à aplicação do indexador INCC - índice Nacional da Construção Civil, em detrimento do UPF, **inexiste disposição contratual** que a respeito, motivo pelo qual tem-se que é certo que esse fator não pode ser imposto às rés, razão pela qual reforma-se a r. sentença nesse ponto, para reconhecer que a indenização deve ser realizada pela variação da UPF, conforme apurado pela perícia, in verbis «is. 1935): (g. m.) "A solicitação de operação de financiamento e os estudos até sua provação pela co-ré CEF foram expressos em UPF do dia 1º do mês de modo a garantir a preservação do poder aquisitivo, tanto que os Relatórios Sínteses das operações constaram no detalhamento incidente sobre o valor de construção de 203.361 UPF e 339.444 UPF para os Conjuntos Habitacionais: NOVA TRAITU I e II, respectivamente, constando no Cronograma de Desembolso os valores expressos em UPF e em CR\$.

O Cronograma Financeiro constante os Relatórios Sínteses foram igualmente expressos em UPF. As propostas das operações e a programação financeira após a aprovação, todos constaram o valor em UFP'

(...)

No que se refere à alegação da ré CRHIS, no sentido de que a ré CEF "deve ser declarada a devedora principal da obrigação de indenizar **fica mantida a responsabilidade solidária das rés**, tal como fixada pelo MM Juízo a quo, **na medida em que as relações contratuais que estão umbilicalmente interligadas, ou seja, a primeira é a decorrente do contrato de empreitada entre a autora (construtora) e a ré (COHAB) e a segunda decorre do contrato de financiamento celebrado entre a COHAB e a CEF.**

(...)

**Assim, tendo as questões resolvidas a partir da interpretação das cláusulas contratuais pertinentes e do contexto fático-probatório da causa, inviabiliza-se o reexame nesta sede especial, ante a incidência das Súmulas 5 ("A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial") e 7 ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial") do C. Superior Tribunal de Justiça.**

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/ST.I 1. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em

*recurso especial são inadmissíveis.*

*2. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.*

*(AgInt no AREsp 645.772/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017)*

*Ante o exposto, não admito o recurso especial." (grifei).*

Em suas razões, a instituição financeira agravante alega violação aos artigos 371, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015 haja vista a necessidade de fundamentação do aresto reclamado.

Diz que o óbice da Súmula 83/STJ não se aplica à hipótese de interposição do apelo nobre com base na alínea "a" do permissivo constitucional.

Afirma que as alegadas violações aos artigos 130 e 333, I, do Código de Processo Civil/1973; 509 e 510 do Código de Processo Civil/2015; e 265, 1.059, 1.060 e 1.061 do Código Civil/2002 dizem respeito a matérias estritamente de direito, estando ausente a necessidade de reexame fático-probatório.

Por fim, sustenta que o dissídio jurisprudencial alegado obedeceu aos requisitos ditados por este Superior Tribunal de Justiça.

Contraminuta de CAL CONSTRUTORA ARACATUBALTDÀ às e-STJ fls. 3.206/3.220.

A Presidência desta Casa determinou a distribuição do feito, a teor do art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (e-STJ fl. 3.257).

O recurso foi distribuído à minha relatoria (cf. e-STJ fl. 3.260).

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece ser conhecida.

Com efeito, da análise das razões do agravo em recurso especial, tenho que a parte esquivou-se do ônus que lhe competia, qual seja, a impugnação clara e específica da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal *a quo*.

A agravante deixou de impugnar todos os impeditivos apontados pela

decisão agravada.

Além disso, cumpre acrescentar que, no tocante ao verbete sumular n.º 83/STJ, "é dever do agravante impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão agravada, mormente quanto à aplicação do óbice da Súmula n.º 83/STJ, demonstrando que outro é o entendimento jurisprudencial desta Corte, com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo" (**AgRg no REsp 1402488/PR, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 10/03/2014**).

De fato, "inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes". (**AgInt no AREsp 937.859/MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 21/11/2018**).

Nesse mesmo sentido: **EDcl no AREsp 347.137/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 03/02/2014; AgRg no AREsp 436.997/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 05/02/2014; e AgInt no AREsp 203.483/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 21/09/2017**).

Desta feita, diga-se que a Corte Especial deste STJ pacificou o entendimento no sentido da necessidade de a parte recorrente, em agravo em recurso especial, impugnar especificamente todos os fundamentos de inadmissibilidade do recurso especial.

Isso porque, a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não é formada por capítulos autônomos, mas por um único dispositivo, o que exige sua impugnação total. Vejamos:

**PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.**

*1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.*

*2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.*

*Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.*

*3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.*

*4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC. 5. Embargos de divergência não providos.*

**(EAREsp 831.326/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018, grifei).**



Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o artigo 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do STJ.

*"Art. 253. [...]*

***Parágrafo único.** Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:*

***I** - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida".*

Nessa medida, a pretensão recursal não merece amparo.

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios sucumbenciais previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 tendo em vista que não houve prévia fixação da referida verba na origem.

**Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do STJ, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**